



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL

CURSO DE PSICOLOGIA

JÚLIA PASSOS SANDES DE ALMEIDA

**A PERSPECTIVA DA CRIANÇA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO À
ADOÇÃO: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

SALVADOR

2023

JÚLIA PASSOS SANDES DE ALMEIDA

**A PERSPECTIVA DA CRIANÇA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO À
ADOÇÃO: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Projeto de pesquisa apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Psicologia da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para aprovação.

Orientadora: Prof. Me. Renata Berenstein de Azevedo

SALVADOR

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por me conceder a possibilidade de realizar um sonho, por me proporcionar oportunidades que vão além do que eu poderia imaginar, por cuidar de mim nos mínimos detalhes e abençoar a minha vida.

Agradeço à minha mãe Silvana pelo amor imenso, zelo e cuidado, pelas orações, por se sacrificar e por, muitas vezes, me encorajar a traçar um caminho de sucesso e felicidade dentro da área profissional que escolhi. Também agradeço à minha irmã Maria Clara por ser minha parceira, minha amiga e por orar por mim.

Agradeço ao meu namorado Gabriel, que de forma tão sensível e cuidadosa, suportou meus momentos de crise em meio ao medo de não conseguir finalizar com êxito este trabalho e por me amar, me tranquilizar e acreditar em mim.

Também expresso minha gratidão à toda minha família, meus tios e primos que se preocupam e vibram com minhas conquistas. Em especial, ao meu tio Adolfo que tanto amo e recebo carinho. Aos meus amigos Lara, Andressa, Kevin, Brenda, Victor, Vitória e também a outros importantes para mim, agradeço por se alegrar com as minhas alegrias e me acalmar quando preciso, por me fazer lembrar constantemente que curso Psicologia e que um psicólogo raramente consegue estar em um ambiente por muito tempo sem acolher e ouvir as histórias de vida. Brincadeiras à parte, tenho profunda gratidão pelos momentos de “puxão de orelha” e pelos momentos de descontração.

Ao meu amigo e colega de curso Igor, quero deixar aqui por escrito a minha eterna gratidão e respeito, pois você foi muito importante para a minha trajetória dentro da universidade, não só porque estive comigo durante os cinco anos, mas porque sua presença foi mais do que física. Você foi meu apoio, meu ponto de sossego e em muitas vezes, dividi momentos de desespero em meio às inúmeras atividades, mas também vivi momentos de muita alegria. Enfim, obrigada. Por fim, quero também agradecer aos meus professores pela oportunidade de conhecer um pouco de cada um, pelos conhecimentos que adquiri ao longo dessa jornada, pela atenção e paciência. Obrigada também à minha orientadora Renata pela paciência e por tudo que juntas conseguimos construir neste trabalho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. MÉTODO.....	9
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	12
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
5. REFERÊNCIAS.....	22

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal compreender a visão sobre o tema de adoção na perspectiva de crianças institucionalizadas ou adotadas de acordo com a literatura científica nacional. A metodologia usada é a revisão sistemática de literatura. Os resultados deste trabalho foram diferentes tipos de sentimentos que emergiram nas crianças e que foram categorizados em eixos temáticos. A última categoria representa uma conclusão sobre a relevância da perspectiva da criança para as pesquisas sobre o tema. Conclui-se com este trabalho que a busca pela perspectiva da criança em casos de adoção ou institucionalização é importante para o processo psicológico individual da criança. No sentido científico, é relevante produzir material científico sobre adoção na perspectiva dos adotados pois contribui para efetivação de políticas públicas que incorporam as crianças na construção dos seus direitos.

Palavras-chave: Adoção. Criança. Institucionalização. Perspectiva.

INTRODUÇÃO

Os primeiros abrigos conhecidos na história do Brasil surgiram, inicialmente, ligados à Igreja Católica durante a colonização da Coroa Portuguesa. Os recém-nascidos abandonados eram deixados anonimamente nas rodas dos expostos (mecanismos giratórios instalados nas paredes das Santas Casas de Misericórdia) e os “menores marginalizados” deveriam aprender princípios morais e cristãos da tradição portuguesa (Rosseti-Ferreira, Serrano e Almeida, 2011b). A marginalização da infância se deu, inclusive, por meios legais, através do Código de Menores que vigorou no Brasil de 1927 a 1990, em que crianças e jovens julgados como perigosos ou estando em perigo por abandono, em situação de rua, infrator ou que tivesse conduta anti social, que fosse doente ou com deficiência eram encaminhados para instituições de acolhimento. Não havia uma preocupação em oferecer condições para as crianças se desenvolverem em torno das suas necessidades e individualidades e, mesmo após 1860 quando os abrigos se tornaram filantrópicos, as crianças eram mantidas em situação de vulnerabilidade, controle e contenção (Siqueira & Dell’Aglio, 2006) e não houve uma mudança efetiva na ideologia por trás do modelo disciplinatório e não acolhedor dos abrigos.

Após longos anos, contrariando a lógica anterior de marginalização e controle social que predominou durante muitos anos no Brasil, desde o período colonial por volta de 1500 a 1822, foi promulgada a Constituição Federal de 1988 que garantiu que filhos adotados tivessem os mesmos direitos que filhos consanguíneos e o Estado passou a se responsabilizar pelas crianças abrigadas. Como citada, a Constituição de 1988 foi um marco importante para a consolidação da adoção justa e legítima no país, ainda que o progresso para a sua afirmação tenha sido gradual e extenso.

Só a partir de 1990 que as transformações quanto à proteção integral e efetivação dos direitos humanos de crianças e adolescentes do Brasil, através da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promoveram uma melhoria significativa no processo de institucionalização e no processo de adoção no país. A concepção de proteção integral compreende que as normas que cuidam de crianças e de adolescentes devem enxergá-los como cidadãos plenos, porém sujeitos à proteção prioritária. No artigo 98 da lei federal de

número 8.069, em 13 de Julho de 1990 dispõe que o ECA prevê a aplicação de medidas de proteção à criança e ao adolescente que tiveram seus direitos ameaçados ou violados pelos pais ou responsáveis, assim como por ação ou omissão da sociedade ou do Estado (BRASIL, 1990). No que tange a adoção, com o ECA, os filhos adotados passaram a ter os mesmos direitos e deveres de filhos biológicos, além de ter seus interesses e bem-estar priorizados em situação de conflito no processo adotivo (BRASIL, 1990). Mais do que um direito de qualquer indivíduo de possuir uma expectativa de futuro em família (Gondim et al., 2008), a adoção nos dias atuais busca atribuir a condição de filho ao adotado, de acordo o artigo 41 da lei federal do Brasil de número 8.069, em 13 de Julho de 1990.

Após mais um avanço nas políticas de adoção, a Lei 12.010, conhecida como Nova Lei de Adoção promulgada em 2009, dispõe sobre a exigência do Plano Individual de Atendimento (PIA) para cada criança, o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes institucionalizadas e, especialmente, o direito à convivência familiar por também sancionar que a permanência da criança e do adolescente no acolhimento institucional não deve se prolongar por mais de dois anos, salvo exceções que os beneficie continuar no abrigo (BRASIL, 2009). Essa última medida foi tomada em prol de não manter a criança e/ou adolescente afastados do convívio familiar seja biológico ou adotivo, por justamente entender os benefícios que sucedem tal convívio para esses indivíduos, visto que estudos apontam que o amadurecimento de uma criança é influenciado pela família, no sentido de ser uma rede de apoio, afeto e proteção para o desenvolvimento infantil (Nardi e Dell'Aglio, 2012). Além disso, a Lei 12.010 sancionou a mudança do termo “abrigo” para a expressão “acolhimento institucional”, para modificar a lógica de lugar onde se abrigam crianças e adolescentes abandonados, para o local onde crianças e adolescentes são acolhidos.

Na instituição, a criança experiencia múltiplos rompimentos em geral, já que ela não se encontra afastada apenas de sua família, mas também do que a pertence, de hábitos e do convívio social, como relatam Tinoco e Franco (2011). Inclusive, Bronfenbrenner (1996) aponta que a instituição pode ser o único lugar além da família que serve como contexto abrangente de desenvolvimento humano, nos primeiros anos de vida de uma criança acolhida. Quando a criança

permanece em instituição escassa em relação a sua estrutura e organização social, há efeitos prejudiciais em longo prazo. Os danos diminuem com o aumento da idade da criança ao acesso a instituição e com a presença de condições necessárias para a participação da criança em atividades com adultos, sozinha ou com outras crianças. Mesmo com boas condições da instituição, ela é incapaz de proporcionar o equivalente funcional de uma família para cada criança institucionalizada (Bronfenbrenner, 1996).

A adoção, por sua vez, é um processo que envolve uma série de questões emocionais distintas, provenientes das situações adversas que as crianças e adolescentes em processo de adoção são submetidas: a família de origem, a relação entre a criança e a família adotiva, as leis e o sistema legal, uma rede profissional, o conjunto de valores e crenças culturais, além da ideologia e dos mitos que envolvem o tema (Hindle e Shulman, 2008). A adoção tardia ou adoção de maiores é caracterizada pela adoção de crianças acima de dois anos até a adolescência. No caso dos adolescentes, Andrei (2001) enfatiza que as vivências do passado e as experiências relacionadas às ilusões, sonhos, desejos e frustrações do abandono estão mais enraizadas na memória. Existe de fato um certo preconceito ao se tratar desse tipo de adoção. Entretanto, Weber (2003), ao realizar pesquisa com pais e filhos adotivos no Brasil, não constatou que a idade avançada do indivíduo adotado é causadora de grandes problemas, pois os casos relatados que continham dificuldades no processo adotivo estavam mais relacionados com a revelação tardia da adoção para o filho adotado do que com outros motivos. Mas, ainda sim há uma preferência visível de postulantes à adoção por crianças de até três anos, mesmo que a maior parte das crianças disponíveis para a adoção tenham em média de cinco a dez anos, de acordo com o Cadastro Nacional de Adoção (2014).

Pelo viés da Psicologia, de acordo com a teoria de amadurecimento pessoal proposta por Winnicott, autor amplamente citado pela literatura ao abordar o tema da adoção, a criança tem seu desenvolvimento emocional saudável submetido a um ambiente suficientemente bom (Winnicott, 1962/1983). Esse ambiente está relacionado com a presença de um casal amadurecido em seu relacionamento, por ter boa convivência e estabilidade na relação, apoiados pela família e comunidade que participam. Oferecer um ambiente familiar

cercado de afeto, atenção, relação de apego de confiança e segurança pode contribuir para o desenvolvimento saudável da criança (Faria & Ponciano, 2018).

Costa e Rossetti-Ferreira (2007) também afirmam que na adoção existem as dificuldades para adaptação, constituição das regras de convivência, mudanças na rotina do casal e na relação de parentalidade e de afeto com a criança. Principalmente, as demandas emocionais da criança ou adolescente inseridos no contexto.

Por entender que há uma complexidade no processo de institucionalização e no processo adotivo, no sentido de compreender as necessidades da criança, a partir desse trabalho, pretende-se propor uma reflexão a respeito da visão sobre adoção na perspectiva da criança institucionalizada ou em processo de adoção e analisar as pesquisas que tratam sobre a perspectiva delas como foco no tema. A importância de priorizar o discurso das crianças sobre suas vivências da institucionalização à adoção, e assim, incentivar a produção científica com isso, está relacionada com a ideia de que elas são a fonte mais fidedigna sobre suas histórias e opiniões, ainda que não consigam expressar verbalmente de forma tão desenvolvida como os adultos. Através de uma abordagem qualitativa, é possível investigar as situações ocorridas pela ótica das crianças e o significado que elas atribuem às estas experiências (VASQUES et.al., 2014, p.1017). Compreender e escutar a criança muda a lógica em que até então o processo de adoção estava enraizado, porque é a partir da escuta interessada destes sujeitos que seus direitos são de fato respeitados (RIBEIRO; Instituto Fazendo História, 2021). Tudo isso corrobora para a ideia de que o psicólogo que atua no desenvolver da adoção é essencial e necessário principalmente para a criança. Ademais, ao considerar que a criança tem a necessidade e o direito de ser ouvida, entende-se também que seu envolvimento ativo em pesquisas pode contribuir para sua participação na sociedade como um indivíduo assim como os adultos (Rossetti-Ferreira, Serrano, & Almeida, 2011).

MÉTODO

Neste trabalho, se objetiva compreender a visão sobre o tema de adoção na perspectiva de crianças institucionalizadas ou adotadas de acordo com a literatura científica nacional. O presente estudo adotou a revisão sistemática de literatura como delineamento de estudo, que de acordo com o autor Figueiredo (1990, p.32) fornece aos profissionais de qualquer área informação sobre o desenvolvimento corrente da ciência e sua literatura, ou seja, desempenha uma função de atualização. A abordagem utilizada neste trabalho é qualitativa, pois visa compreender as percepções sobre o assunto retratadas na literatura nacional de forma subjetiva.

O procedimento para coleta de dados utilizado foi a pesquisa de artigos científicos nas bases de dados SCIELO, PEPSIC e LILACS e aplicou-se as seguintes combinações de palavras-chave: “adoção” AND “criança”, “adoção” AND “desenvolvimento emocional”, “adoção” AND “institucionalização”, “criança” AND “desenvolvimento emocional”, “criança” AND “institucionalização” e “desenvolvimento emocional” AND “institucionalização. Como critérios de inclusão, os artigos nacionais utilizados foram referentes a relatos de pesquisa empírica, estavam disponíveis digitalmente em texto completo, abordar o tema de adoção sob a visão das crianças em revistas científicas de Psicologia e ter sido publicados em português, entre os anos de 2012 e 2022. Como critérios de exclusão, não serão utilizados artigos com a metodologia de revisão de literatura e artigos que retratam o tema da adoção, mas sem foco na perspectiva das crianças institucionalizadas ou adotadas.

Após a busca na base de dados selecionados foram identificados 562 artigos ao total, havendo uma redução para 465 após a exclusão de duplicatas. Posteriormente, foi realizada a seleção por título e resumo que resultou em 133 artigos. Ao final, restaram 8 artigos que atendiam aos critérios de inclusão.

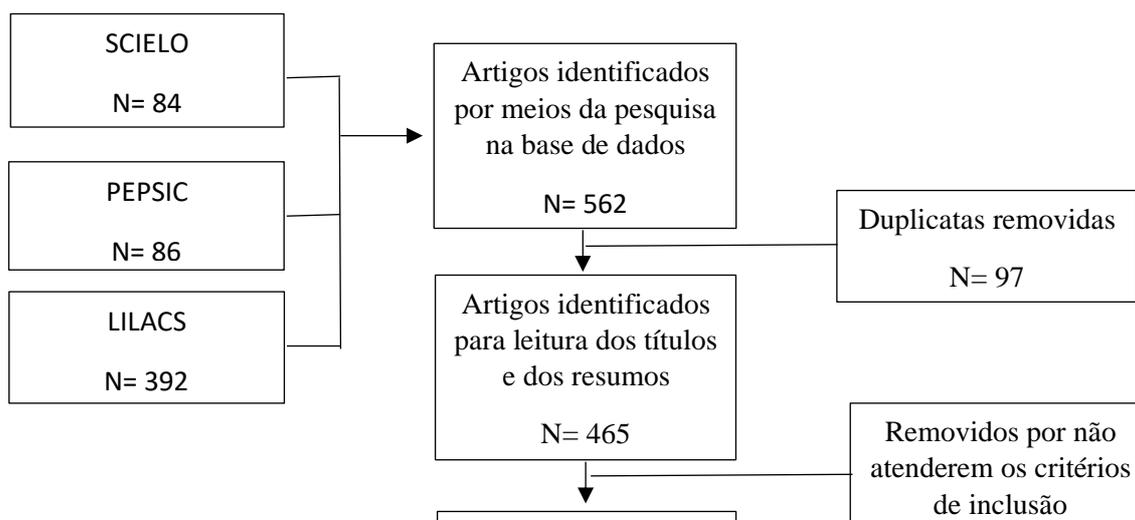


Figura 1. Fluxograma do processo de exclusão e inclusão do banco de dados.

Os estudos selecionados se caracterizam por ter como participantes apenas crianças (quatro estudos) e crianças e seus pais adotivos (quatro estudos). O delineamento utilizado em todas as pesquisas foi estudo de caso. Para melhor caracterizar os instrumentos desses estudos, separou-se da seguinte forma:

- 1) Instrumentos aplicados somente nas crianças: Procedimento Desenho-
Estória Com Tema (DE-T) (três estudos); narração de histórias infantis
(um estudo); sessão lúdica (cinco estudos), Procedimento de Desenhos
de Família com Estórias (DF-E) (dois estudos); teste psicológico H-T-P
(do inglês, *house, tree, person*) (um estudo).
- 2) Instrumentos aplicados nos pais adotivos: entrevistas semiestruturadas
(três estudos)
- 3) Instrumentos aplicados em ambos: entrevistas semiestruturadas (um
estudo)

Em relação aos períodos de publicação desses artigos, os mais antigos datam os anos de 2013 e 2014, respectivamente, mas foram encontrados artigos em anos posteriores, como em 2017 (um artigo), 2020 (dois artigos), 2021 (um artigo) e 2022 (dois artigos).

As revistas utilizadas para publicação desses estudos e seus respectivos estados brasileiros são: Revista Psicologia em Estudo (Paraná); Revista Estudos

de Psicologia (São Paulo); Revista Tempo Psicanalítico (Rio de Janeiro); Revista SPAGESP (São Paulo); Revista Estilos da Clínica (São Paulo); Revista Brasileira de Psicanálise (São Paulo); Revista Brasileira de Psicoterapia (Rio Grande do Sul) e Revista Contextos Clínicos (Rio Grande do Sul). Portanto, de acordo com esses oito estudos selecionados, observa-se que a metade deriva de revistas localizadas no estado de São Paulo.

A análise de dados deste estudo foi realizada através da comparação de convergências e divergências entre os resultados dos artigos selecionados, com a posterior elaboração de eixos temáticos. Os eixos temáticos reúnem achados relativos às variáveis de cada categoria associadas às percepções das crianças sobre adoção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a reunião dos artigos encontrados nas bases de dados eletrônicas selecionadas, foram definidos 4 eixos temáticos. Destes, 3 relacionam-se aos sentimentos trazidos nos discursos das crianças participantes dos estudos enquanto o último eixo está relacionado às conclusões das pesquisas estudadas. Os eixos temáticos são: (a) sentimentos de inadequação (b) sentimentos de abandono e (c) sentimentos positivos associados à adoção (d) reflexões sobre a perspectiva da criança

Sentimentos de inadequação

Autores (Ano)	Sentimentos de inadequação
Amanda Carollo Ramos da Silva e Jorge Luís Ferreira Abrão (2021)	Impossibilidade de vinculação afetiva após reaparecimento da genitora
Gina Khafif Levinzon (2013)	Questão racial má elaborada e posterior criação de um “falso self”

Figura 2. Sentimentos de Inadequação

No eixo temático sentimentos de inadequação, foram encontrados dois artigos que apresentaram resultados referentes aos sentimentos de inadequação associados à perspectiva das crianças adotadas ou institucionalizadas sobre adoção. Esses sentimentos estão relacionados com: impossibilidade de vinculação afetiva após reaparecimento da genitora e questão racial má elaborada com posterior criação de um “falso self” (Winnicott, 1990). Não foram encontradas essas variáveis associadas à adoção nos outros seis artigos utilizados nesta pesquisa.

Os resultados dos estudos de Amanda da Silva et al (2021) e Gina Levinzon (2013) encontrados para este tópico refletem a variedade de sentimentos e emoções que uma criança pode vivenciar ao ser adotada. No estudo de Amanda da Silva et al (2021), o luto de perder o vínculo com a mãe biológica não havia sido devidamente elaborado pela criança, impossibilitando que ela mantenha o vínculo afetivo com os pais adotivos, ao saber sobre o reaparecimento da mãe biológica que estava até então desaparecida. Camargo (2005b) esclarece que é necessário que a criança elabore a fase do luto, em virtude das perdas afetivas do decorrer de sua vivência, com o objetivo de cicatrizar e amadurecer tais danos psicológicos, em preparação aos novos vínculos afetivos, como o materno/paterno filial. Para oferecer um respaldo, Mendes (2007) menciona a avaliação da adotabilidade como atribuição do profissional de Psicologia no trabalho com crianças acolhidas, em que por meio dela, pode-se atestar ou não que realmente a criança está também psicologicamente apta para adoção, instrumento que poderia ser muito útil nesse caso e em tantos outros onde a criança ainda mantém vínculo com a família biológica.

Já no estudo de Gina Levinzon (2013), o sentimento de inadequação da criança originou a criação de um “falso self”. O falso self é um termo criado por Donald Winnicott para nomear uma condição psíquica comum em alguns casos de adoção, nos quais a criança “verdadeira”, ou seja, sua identidade, temendo se expor, “esconde-se” sob o falso-self, a fim de evitar um novo abandono. Segundo Mendes (2007), o falso-self tem como função a busca de continuidade e proteção ao verdadeiro self, de forma que o bebê materna a si mesmo.

Crianças que passaram pela vivência de separações precoces e do abandono podem desenvolver angústias e preocupações exacerbadas em serem aceitas pelo ambiente. Portanto, os artigos convergem no tipo de sentimento resultante de diferentes experiências na adoção e com quem ele está relacionado, ou seja, o sentimento de inadequação com a família adotiva. A divergência, por outro lado, seria a causa desse tipo de sentimento, que no primeiro estudo, acontece por um fator externo à adoção, mas que se relaciona com ela, e no outro estudo é um fator interno à adoção, no que tange a maneira como a criança elabora a sua identidade dentro de uma circunstância que não acolhe suas demandas.

Por fim, nos dois artigos, há uma similaridade importante de ser mencionada: trata-se de adoções tardias. A adoção tardia, apesar de representar grande parte das adoções, é rotulada pela sociedade como uma adoção difícil, permeada de obstáculos. Entretanto, mesmo que haja desafios relacionados à adaptação da criança ao novo lar e aos pais, os pretendentes precisam se preparar e aceitar o histórico de vida de seu novo filho (Souza & Casanova, 2014). Nesse sentido, se preparar e aceitar envolve também dialogar sobre o que a criança deseja falar em relação a sua vida anterior à adoção, destacando que oferecer espaço para que as demandas psicológicas delas sejam acolhidas torna o processo mais respeitoso e saudável.

Sentimentos de abandono

Autores (Ano)	Sentimentos de abandono
Isabela Silva Rocha; Martha Franco Diniz Hueb e Fabio Scorsolini-Comin (2020)	Angústia na ausência afetiva à espera da adoção
Larissa Cristina Silveira de Andrade; Martha Franco Diniz Hueb e Carolina Martins Pereira Alves (2017)	Angústia relacionada ao histórico de abandono e medo associado a um possível novo abandono

Figura 3. Sentimentos de Abandono

No eixo temático sentimentos de abandono, foram encontrados dois

artigos dos autores Isabela Rocha et al (2020) e Larissa Andrade et al (2017) que apresentaram resultados referentes aos sentimentos de abandono associados à perspectiva das crianças adotadas ou institucionalizadas sobre adoção, são eles: angústia na ausência afetiva à espera da adoção e angústia relacionada ao histórico de abandono e medo associado a um possível novo abandono. Não foram encontradas essas variáveis associadas à adoção nos outros seis artigos utilizados nesta pesquisa.

Entre muitos motivos específicos que podem levar pais biológicos à perda da guarda das suas crianças, as principais circunstâncias estão relacionadas com a comprovação da falta, omissão ou abuso em relação aos filhos, de acordo com os artigos 1.637 e 1.638 do Código Civil, que trata sobre as hipóteses em que os pais podem ser destituídos do poder familiar. Quando encaminhada à instituição, ainda que não tenha ocorrido por questão de abandono, é comum a criança se sentir abandonada. As crianças que passaram pela situação de deixar a família de origem, normalmente, têm abalado seu senso de pertencimento e sua autoestima, compreendendo aquele evento como rejeição que produz grande sentimento de insegurança, como afirma Hunter (2001).

A angústia no discurso da criança relacionada ao abandono representa a convergência dos dois estudos selecionados, pois é um ponto em comum encontrado nesses estudos. Entretanto, é interessante observar que esse sentimento aparece em diferentes momentos da vida das crianças participantes. No artigo de Isabela Rocha et al (2020), a angústia está vinculada ao momento anterior à adoção, ou seja, quando a criança se encontra ainda institucionalizada. Já no artigo de Larissa Andrade et al (2017), a angústia e o medo surgem quando a adoção já foi concretizada. Esses achados podem indicar que o medo de abandono representado pela carência de vínculo ou pela perda deste pode gerar sentimentos negativos nessas crianças, independente do lugar (instituição ou lar adotivo) em que se encontram. Na instituição, a criança pode encontrar espaço para se desenvolver socialmente, na relação com os funcionários e com outras crianças e ter algumas das suas demandas atendidas, porém Bowlby (2002) demonstra que se o cuidador não consegue oferecer os cuidados que a criança demanda, ela poderá vivenciar sentimentos de angústia, culpa ou altas exigências de demonstração de carinho. Alguns

autores como Carvalho (2002), defendem que o contexto institucional não se constitui como melhor ambiente de desenvolvimento, ele aponta que o atendimento padronizado, o alto índice de criança por cuidador, a falta de atividades planejadas e a fragilidade das redes de apoio social e afetivo são alguns dos aspectos que podem dificultar o desenvolvimento da criança. Entretanto, outros estudos apontam ganhos oferecidos pela instituição, que em casos de situações ainda mais adversas na família, pode ser a melhor saída (Dell’Aglia, 2000).

No processo de adoção, a criança experencia duas separações, como afirma Ozoux-Teffaine (1987): a primeira, pela família biológica; a segunda, pela saída da instituição. Assim, o tempo passado na instituição pode se constituir mais do que uma simples passagem, ou seja, pode se configurar como mais um rompimento e descontinuidade de vínculos afetivos. Ademais, quando há indícios de que a família adotiva não se firma enquanto suficientemente boa para a criança ou quando devido ao histórico de abandono, o medo de um novo abandono faz com que ela continuamente entre em contato com vivências anteriores de aniquilamento, a dependência do objeto de amor passa a ser sentida como ameaçadora (Lenvizon, 2008). Portanto, a criança mesmo que aberta para o vínculo, encontra dificuldade para se vincular aos pais adotivos, por receio de um novo abandono. É importante destacar que há uma minoria de crianças que são devolvidas aos abrigos após o estágio de convivência, durante o qual os pretendentes à adoção têm a guarda provisória da criança. A devolução não é reconhecido pela justiça, pois por lei, a adoção é irrevogável e, portanto, devolver a criança adotiva é considerado abandoná-la. O fracasso da adoção gera uma quantidade de sentimentos de difícil manejo, especialmente nas crianças e/ou adolescentes, pois eles representam a parte mais frágil da relação estabelecida, vivendo duas vezes a situação de abandono (Dias, 2005).

Sentimentos positivos associados à adoção

Autores (ano)	Sentimentos positivos associados à adoção
Ivy Campista Campanha Araújo e Célia Regina Rangel Nascimento (2022)	Acolhimento, felicidade e pertencimento em relação à nova família
Jéssika Rodrigues Alves e Martha Franco Diniz Hueb (2020)	Acolhimento e segurança construídos na convivência familiar
Jéssika Rodrigues Alves e Martha Franco Diniz Hueb (2022)	Acolhimento através da abertura para diálogo no ambiente familiar
Maria Elizabeth Barreto Tavares dos Reis (2014)	Integração ao mundo e confiança no afeto dos pais adotivos

Figura 4. Sentimentos Positivos Associados à Adoção

No eixo temático sentimentos positivos associados à adoção, foram encontrados quatro artigos dos autores Ivy Araújo et al (2022); Jéssika Alves et al (2020); Jéssika Alves et al (2022) e Maria Elizabeth Reis (2014) que apresentaram resultados referentes aos sentimentos positivos sobre a adoção relacionados à perspectiva das crianças adotadas ou institucionalizadas. Esses sentimentos são: acolhimento, felicidade e pertencimento em relação à nova família; acolhimento e segurança construídos na convivência familiar; acolhimento através da abertura para diálogo no ambiente familiar; integração ao mundo e confiança no afeto dos pais adotivos.

É evidente que o processo de adoção não carrega só sentimentos negativos, em muitos casos, é permeado de sentimentos de esperança, felicidade e afeto. Os resultados descritos nesse tópico caracterizam algumas relações bem sucedidas dentro da adoção, porque em geral, convergem em um ponto muito importante, a convivência familiar e os impactos positivos desta para a criança. Um ambiente suficientemente bom, para Winnicott (1983), pode ser definido como a capacidade dos cuidadores de proporcionar segurança e continência frente às possíveis crises e testes que a família irá enfrentar. Esses testes podem ser advindos da própria criança como forma de avaliar a família para saber se as pessoas irão aceitá-la mesmo com suas dificuldades, como afirma Gomes (2008). Porém, esses testes ao longo do tempo dão lugar aos sentimentos de acolhimento, pertencimento e segurança, quando a criança

encontra espaço para se desenvolver e consegue se vincular aos pais adotivos e eles a ela. No caso dos estudos que apresentaram resultados para este tópico, existiram desafios ao longo do processo de adoção, fruto dos sentimentos de insegurança, medo e desconfiança das crianças que passaram por diversas situações difíceis e desorganizadoras. Entretanto, a convergência entre os artigos foi o entendimento dos pais adotivos sobre a necessidade de abrir espaço para a comunicação com as crianças, pois através da conversa, as crianças conseguiam expor suas necessidades e inseguranças, assim como os pais conseguiam reafirmar suas intenções de afeto e carinho para com elas. Algumas das pesquisas também pontuaram que a criança fazia atendimento psicológico no momento da participação, o que também reforça a necessidade de acompanhamento psicológico para aumentar a qualidade nas relações, a formação de vínculos, o desenvolver emocional e cognitivo da criança, além de outras funções na adoção.

Reflexões sobre a perspectiva da criança

Autores (ano)	Reflexões sobre a perspectiva da criança
Amanda Carollo Ramos da Silva e Jorge Luís Ferreira Abrão (2021)	Pontua a necessidade de escuta e avaliação psíquica da criança para vivenciar o processo adotivo
Gina Khafif Levinzon (2013)	Considera que estabelecer um vínculo de filiação forte e estável, no qual as diferenças são respeitadas é a base de uma adoção inter-racial saudável
Isabela Silva Rocha; Martha Franco Diniz Hueb e Fabio Scorsolini-Comin (2020)	Entende a relevância da escuta dessas crianças como forma de permitir a expressão de sentimentos e possibilitar uma melhor transição para a família adotiva

Ivy Campista Campanha Araújo e Célia Regina Rangel Nascimento (2022)	Ressalta a importância da construção do projeto adotivo por todos os envolvidos, pontua que a criança recebe pouco espaço para suas narrativas e elaborações
Jéssika Rodrigues Alves e Martha Franco Diniz Hueb (2020)	Ressalta a relevância da família como fonte de segurança, respeito e acolhimento para a adoção
Jéssika Rodrigues Alves e Martha Franco Diniz Hueb (2022)	Destaca a importância de crianças encontrarem na família por adoção um ambiente seguro, acolhedor e onde sua história de vida seja respeitada
Larissa Cristina Silveira de Andrade; Martha Franco Diniz Hueb e Carolina Martins Pereira Alves (2017)	Destaca a importância dos contos para viabilizar reflexões e elaborações sobre o processo de adoção e auxiliar o contato com angústias primitivas, além de facilitar a inserção na nova família
Maria Elizabeth Barreto Tavares dos Reis (2014)	Considera que ao expressar as suas dores e questionamentos, a criança pode ressignificar o processo de adoção, viver de forma mais harmônica consigo mesma e com seus pais adotivos.

Figura 5. Reflexões sobre a Perspectiva da Criança

Este último eixo temático busca refletir sobre a compreensão dos autores dos estudos sobre o lugar da narrativa da criança, da participação ativa dela durante o processo de adoção. Considerou-se importante trazer essas informações, pois as conclusões oferecem um apanhado das discussões anteriores que corroboram com o objetivo desta pesquisa.

Amanda da Silva et al (2021) coloca a importância da escuta psicológica qualificada, como suporte para a vivência saudável do processo de adoção, enquanto Isabela Rocha et al (2020) destaca a importância da fala para o processo de vínculo com a família. Dentro da mesma lógica de vínculo, Gina Levinzon (2013) pontua que nas especificidades da adoção inter-racial, respeitar as diferenças é um caminho importante para relações bem sucedidas dentro da adoção. Jéssika Alves et al (2020) e Jéssika Alves et al (2022) destacam que a

família é a fonte principal de acolhimento, escuta e segurança para a criança que vivenciou a adoção. Larissa Andrade et al (2017) também abordam a importância da narrativa e do acesso às angústias da criança, mas através de contos, ou seja, avançam no sentido de apresentar um instrumento para avaliar essas experiências. Os resultados da pesquisa de Maria dos Reis (2014) seguem o mesmo raciocínio e apresentam consequências positivas relacionadas à expressão de dores e questionamentos da criança adotiva. Por fim, Ivy Araújo et al (2022) ressalta a importância da construção do projeto adotivo por todos os envolvidos, principalmente pela criança.

Em geral, os autores defenderam que, para a criança: há uma necessidade de escuta para expressão de sentimentos, narrativas e elaborações, é importante a avaliação psíquica, o vínculo familiar saudável pautado em diálogo e respeito e os contos para viabilizar reflexões e ressignificar o processo de adoção, a fim de viver de forma mais harmônica consigo mesma e com seus pais adotivos. É possível observar que os resultados se complementam e não convergem, apesar de serem diferentes, porque todos eles detalham e pontuam necessidades importantes para a criança institucionalizada ou adotada. Por exemplo, não há como excluir a escuta qualificada do psicólogo para a melhor adaptação da criança à institucionalização e à adoção, sabendo que cada uma dessas duas vivências carregam desafios para a criança e a avaliação psíquica se faz muito útil e precisa. Assim, também não há como desassociar qualidades importantes da relação pais adotivos e criança ao potencial sucesso da relação, admitindo que sucesso aqui está relacionado com boa adaptação e manejo das dificuldades que possam surgir na relação. Além disso, de forma geral, os instrumentos utilizados também foram similares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados nessa revisão sistemática de literatura contribuíram para o objetivo da pesquisa, pois ao categorizá-los, foi possível compreender o foco das pesquisas feitas nacionalmente nos últimos 10 anos à respeito da perspectiva sobre adoção das crianças institucionalizadas ou adotadas.

Assim, os principais resultados são sentimentos que emergem na vivência das crianças e que foram classificados de acordo com a sua tipificação, além da importância da fala para o processo de adoção. Conclui-se que dentro do tema, existe uma complexidade de experiências, em que cada criança pode viver e narrar de maneiras diferentes essas experiências. Entretanto, há similaridades notáveis, entre elas: a esperança em encontrar uma família, o medo e a angústia da incerteza, a dificuldade na criação de vínculo familiar, as memórias do antigo lar da instituição ou da família biológica e a necessidade de serem ouvidas. As divergências encontradas nos estudos se relacionam com a subjetividade de cada criança, bem como com sua história de vida e a experiência da adoção ou da institucionalização. Os estudos, em geral, utilizaram a entrevista e instrumentos lúdicos, como o desenho e a narração de contos para acessar conteúdos (muitas vezes inconscientes) da criança sobre os principais temas que englobam a adoção, como vida na instituição, história de vida, família, traumas, idealizações, desejos e sonhos. É importante mencionar que é necessário um maior aprofundamento das questões psicológicas associadas às falas ou desenhos das crianças utilizados nos estudos desta revisão de literatura.

Portanto, a busca pela perspectiva da criança em ambos os casos, de adoção ou institucionalização, demonstrou que existem várias demandas para a Psicologia e outras áreas atuarem e o porquê é importante olhar para as expressões dessas crianças. A expressividade da criança pode contribuir para o seu processo individual de adoção, mas também pode ser útil para pensar no processo para outras crianças. Assim, produzir material científico sobre adoção na perspectiva dos adotados viabiliza o entendimento de que as crianças são, sem dúvida, capazes de contribuir ativamente no seu processo individual de adoção. Além disso, contribui para efetivação de políticas públicas que incorporam as crianças na construção dos seus direitos. Entretanto, admitindo que é complexo fazer pesquisa com crianças, foi observado que há uma carência de estudos, pois a grande maioria dos artigos produzidos com o tema de adoção se referem à perspectiva dos adotantes e não dos adotados.

REFERÊNCIAS

ALVARES, Amanda de Melo; LOBATO, Gledson Régis. Um estudo exploratório da incidência de sintomas depressivos em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 21, n. 1, p. 151-164, jun. 2013 .

ALVES, Jéssika Rodrigues; HUEB, Martha Franco Diniz. Famílias por adoção na visão das crianças e de seus pais. **Tempo psicanal.**, Rio de Janeiro , v. 52, n. 1, p. 299-327, jun. 2020 .

ALVES, Jéssika Rodrigues; HUEB, Martha Franco Diniz; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Desenvolvimento emocional de crianças que vivenciaram o processo adotivo: revisão integrativa da literatura. **Contextos Clínic**, São Leopoldo , v. 10, n. 2, p. 268-283, dez. 2017 .

ALVES, Jéssika Rodrigues; HUEB, Martha Franco Diniz. UM ESTUDO DE CASO SOBRE ADOÇÃO DE UMA CRIANÇA MAIS VELHA. **Ver. SPAGESP**, Ribeirão Preto , v. 23, n. 1, p. 71-86, jun. 2022 .

ANDRADE, Larissa Cristina Silveira de, HUEB, Martha Franco Diniz e ALVES, Carolina Martins Pereira. Era uma vez... um estudo de caso sobre histórias e estórias adotivas. **Estudos de Psicologia (Campinas)** [online]. 2017, v. 34, n. 1

ANDREI, Decebal Corneliu. Reflexões sobre a adoção tardia. In: F. FREIRE (org.), Abandono e adoção: Contribuições para uma cultura da adoção. Curitiba, Terra dos Homens, 2001.

ARAUJO DA SILVA, Jaqueline. Adoção de crianças maiores: percepções e vivências dos adotados. **Psicol. Ver. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte , v. 16, n. 2, p. 434-436, ago. 2010 .

Bowlby, J. (2002). Cuidados maternos e saúde mental. São Paulo: Martins Fontes. 4º ed.

Bronfenbrenner, U. (1996). A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

Carvalho, A. (2002). Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafios. In: Lordelo, E., Carvalho, A. & Koller, S.H. (Eds.), Infância brasileira e contextos de desenvolvimento, vol. I, pp.19-44. São Paulo: Casa do psicólogo.

Camargo, M. L. (2005b). Adoção tardia: Representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção (mitos, medos e expectativas) [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório Institucional Unesp. https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97679/camargo_ml_me_assis.pdf

Campanha-Araujo, Ivy Campista e Nascimento, Célia Regina Rangel. A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ADOTIVO EM UMA VIA DE MÃO DUPLA. **Psicologia em Estudo** [online]. 2022. V.27 <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v27i0.48853>

Dell'Aglio, D.D. (2000). O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes. Tese de Doutorado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

Dias, M. B. (2005). Manual de direito das famílias. Porto Alegre: Livraria do Advogado

Faria, A. P. S., & Ponciano, E. L. T. (2018). Conquistas e fracassos: Os pais como base segura para a experiência emocional na adolescência. *Pensando Famílias*, 22(1), 87-103

GONDIM, A.K.; CRISPIM, C.S.; FERNANDES, F.H.T.; ROSENDO, J.C.; BRITO, T.M.C.; OLIVEIRA, B.T. 2008. Motivações dos pais para a prática da adoção. **Boletim de Psicologia**, 58(129):161-170.

GOMES, K.P.S. 2008. O manejo da criança adotada a partir da Teoria Winnicottiana. APRENDER – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação and found. Philadelphia: Brunner-Routledge.

HINDLE, D.; SHULMAN, G. 2008. The emotional experience of adoption: a psychoanalytic perspective. Abingdon, Routledge, 304 p. <https://doi.org/10.4324/9780203929360>

BRASIL. [(Constituição de 1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 Jun. 2023.

BRASIL. Lei Nº 12.010 de 03 de Agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2009]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm. Acesso em: 21 Jun. 2023.

BRASIL. Lei. Nº 8.069 de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providência. Brasília: Presidência da República, [1990]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 21 Jun. 2023.

KHAFIF LEVINZON, Gina. Adoção inter-racial na clínica psicanalítica: a construção de um sentimento de identidade própria. **Ver. Bras. Psicanál**, São Paulo , v. 47, n. 2, p. 166-175, jun. 2013 .

Levinzon, G. K. (2008). A criança adotiva na clínica psi-canalítica (2ª ed.). São Paulo: Escuta.

Mendes, C. L. P. C. (2007). Vínculos e rupturas na adoção: do abrigo para a família adotiva. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

NARDI, F.L.; DELL'AGLIO, D.D. 2012. Adolescente em conflito com a lei: percepções sobre a família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(2):181-191. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000200006>

OZOUX-TEFFAINE, O. *Adoption tardive: d'une naissance à l'outré*. Paris: Stock, 1987.

REIS, Maria Elizabeth Barreto Tavares dos. Adoção do ponto de vista da criança. **R.B. Psicoterapia**, v. 16, n.3, páginas 86-98, 2014.

RIBEIRO, A.R. *Psicoterapia com crianças e adolescentes acolhidos.*, São Paulo: Instituto Fazendo História. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/5c0078774ae237906cfd193d/1543534759648/Publicac%CC%A7a%CC%83%0+com+tato_vfinal.p

ROCHA, Isabela Silva; HUEB, Martha Franco Diniz; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. A vida (in)diversa: a escuta ativa de crianças em acolhimento institucional. **Contextos Clínic**, São Leopoldo , v. 13, n. 1, p. 125-151, abr. 2020 .

Rosseti-Ferreira, M. C., Serrano, S. A., & Almeida, I. G. de (2011). A criança e o adolescente como sujeito ativo e de direitos no processo de acolhimento institucional: Uma longa história ainda inacabada. In M. C. Rosset-Ferreira, S. A. Serrano, & I. G. Almeida (Orgs.), *O acolhimento institucional na perspectiva da criança* (pp. 29-59). São Paulo: Hucitec Editora.

SILVA, Amanda Carollo Ramos da; ABRAO, Jorge Luís Ferreira. Do acolhimento institucional à família adotiva: a vivência da criança nesta transição. **Estilos clin.**, São Paulo , v. 26, n. 1, p. 83-98, abr. 2021 .

SILVA, Patricia Santos et al . Fatores que influenciam a transição para a parentalidade adotiva: uma revisão sistemática. **Contextos Clínic**, São Leopoldo , v. 11, n. 3, p. 319-334, dez. 2018 .

Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2006). O Impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade* 18(1), 71-80.

Souza, H., & Casanova, R. (2014). Adoção e a preparação dos pretendentes: Roteiro para o trabalho nos grupos preparatórios. Juruá.

SOUZA, Marcella Ranheri de; HINTZ, Helena Centeno. Cuidados inconsistentes durante a infância e relações de apego na adolescência: um estudo de caso. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 23, n. 2, p. 3-14, dez. 2019 .

Tinoco, V. & Franco, M. H. P. (2011). O luto em instituições de abrigo de crianças. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 28(4), 427 – 434.

Uezono, V. A. (2021). A perspectiva da criança sobre sua trajetória no processo de adoção. [Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, Universidade Federal de São Paulo]. Repositório Institucional Unifesp. <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/62664>

VASQUES, R. C. Y.; MENDES-CASTILLO, A. M. C.; BOUSSO, R. S; BORGHI, C. A.;SAMPAIO, P. S. Dando voz às crianças: considerações sobre a entrevista qualitativa em Pediatria. *REME: Revista Mineira de Enfermagem*, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p.1016-1020, 2014. Disponível em: < <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/980> > DOI:10.5935/1415-2762.20140075.

WEBER, Lídia Natália Dobrianskyj. Adoção: Breve análise das relações familiares. In: BRANDÃO, M. Z.; et al. *Sobre o Comportamento e Cognição: A história e os avanços, a seleção por conseqüências em ação*. V.11. Santo André: ESETec Editores Associados, 2003.

Winnicott, D. W. (1983). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In D. W. Winnicott (Org.), *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* Porto Alegre: Artes Médicas. (Original-mente publicado em 1963).

Winnicott, D.W. (1983). Provisão para a criança na saúde e na crise. In W.D. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria de desenvolvimento emocional* (pp. 62-69). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1962)